



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE**  
**PAMPILHOSA DA SERRA**

**DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 27/01/2014**  
(Contém folhas)

**ATA Nº 02**

*Estiveram presentes os seguintes membros:*

<b>Presidente:</b>	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Jorge Alves Custódio	(PSD)
<b>Vereador:</b>	João dos Santos Alves	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Isabel Alexandra dos Santos Tomé	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

*Faltaram os seguintes membros:*

**Presidente:**  
**Vereadores:**



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

#### REUNIÃO DE 27/01/2014

#### ATA Nº 02

----- Aos vinte e sete dias do mês de janeiro do ano dois mil e catorze, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores Jorge Alves Custódio, João dos Santos Alves, Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 13 de janeiro de 2013 foi aprovada por unanimidade. -----

#### 1 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

##### 1.1 - Programa Estratégico Pampilhosa da Serra 2020

----- Pelo Sr. Presidente foi dito o seguinte: -----

----- O Município de Pampilhosa da Serra tem vindo a implementar uma estratégia municipal de desenvolvimento que permita ao concelho posicionar-se enquanto território diferenciador, com potencialidades de desenvolvimento sustentável nos vários domínios de atuação a nível municipal, com alinhamento às estratégias supra municipais definidas.

----- Vários são os instrumentos de planeamento estratégico, que atualmente e a diferentes escalas, servem de suporte às opções de desenvolvimento do concelho, pelo que o Município de Pampilhosa da Serra deu início à elaboração do **Programa Estratégico Pampilhosa da Serra 2020**, em articulação com a SPI - Sociedade Portuguesa de Inovação, e que foi apresentado em reunião de Câmara, na presente data, pela Dr<sup>a</sup> Susana Loureiro e Dr<sup>a</sup> Liliana Godinho. O referido documento servirá de suporte ao período de programação



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

2014-2020, alinhado com as prioridades da Estratégia Europa 2020 definidas à escala europeia e adotadas à escala nacional. -----

----- O desenvolvimento deste Projeto visa a definição e posterior implementação de um conjunto de atividades inovadoras com vista ao desenvolvimento inteligente, sustentável e inclusivo do concelho de Pampilhosa da Serra, a partir de um processo participativo, que se iniciou com a criação do Grupo de Ação Local, que reuniu um conjunto alargado de entidades e pessoas, constituindo-se como estrutura de análise e debate de desafios que se colocam ao concelho, assim como de apoio na mobilização da comunidade e diferentes agentes de desenvolvimento local. -----

----- Deste Grupo de Ação Local fazem parte o Agrupamento de Escolas de Pampilhosa da Serra - Escalada, Almeida & Nunes - Truticultura do Rio Ceira, Lda., Associação de Solidariedade Social de Dornelas do Zêzere, Associação Juvenil Trilhos, Cáritas Diocesana de Coimbra, Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra, Departamento de Recursos Florestais da Escola Superior Agrária de Coimbra, Fábrica Centro de Ciência Viva de Aveiro, IEFEP - Centro de Emprego de Arganil, Oryzon Energias - Floresta, Ozecarus - Serviços Arqueológicos, Lda., Pampilmel - Cooperativa de Apicultores e Produtores de Aguardente de Medronho de Pampilhosa da Serra, POF - Portugaloffroad, Unipessoal, Lda., Santa Casa da Misericórdia de Pampilhosa da Serra, Sr. António Gonçalves e Sr. José Martins, tendo já realizado, durante o mês de novembro, reuniões de trabalho, que possibilitaram a reflexão conjunta de todos os intervenientes, assim como contributos no âmbito dos temas propostos para o desenvolvimento do Programa. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. O Senhor Presidente informou o restante Executivo que o Programa será objeto de apresentação pública, oportunamente, em data a designar. -----

#### 1.2 - RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA -----

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 22 de janeiro de 2014, que apresenta os seguintes valores / total de disponibilidades: -----

----- De operações orçamentais: 1.799.803,76€ (Um milhão setecentos e noventa e nove mil oitocentos e três euros e setenta e seis cêntimos); -----

----- De operações não orçamentais: 237.702,46 (duzentos e trinta e sete mil setecentos e dois euros e quarenta e seis cêntimos), num total de: 2.048.493,87€. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- O documento em apreço fica a fazer parte integrante desta ata. -----

#### 2 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

#### 2- DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

##### 2.1 - SECÇÃO FINANCEIRA

###### 2.1.1 - Aquisição de Serviços de Auditoria / Revisão Legal das Contas

###### - Proposta do Senhor Vereador João Alves

----- Tendo em consideração o disposto nos artigos 76º e 77º do Decreto-Lei nº 73/2013 de 03 de setembro, proponho: -----

----- A aquisição de serviços de auditoria / revisão legal das contas para a autarquia durante o ano de 2014, com vista a dar cumprimento à Lei nº 73/2013 de 3 de setembro que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades municipais. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

###### 2.1.2 - ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses

###### - Quota 2014

----- Foi presente um ofício da ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses, a informar que o valor da quota para o ano de 2014 não sofrerá qualquer alteração em relação ao valor estipulado para o ano de 2013 (4.218,00 €). -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

###### 2.1.3 - ADESA - Associação de Desenvolvimento da Serra do Açor

###### - Quota 2014

----- Foi presente uma informação da Secção Financeira, do seguinte teor: -----

----- "O Município de Pampilhosa da Serra é associado da ADESA - Associação de Desenvolvimento da Serra do Açor. No ano de 2014 transferiu para a ADESA o valor de 4.000 €/mês, respeitante à quota-parte da responsabilidade desta Autarquia para fazer face aos encargos financeiros da Associação. -----

----- Para se proceder à transferência do mesmo valor no ano de 2014, é necessária deliberação de Câmara com efeitos a partir de janeiro /2014." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **2.1.4 - Pinhais do Zêzere**

##### **- Transferência de verbas**

----- Foi presente uma informação da Secção Financeira, do seguinte teor: -----

----- *"O Município de Pampilhosa da Serra é associado da Pinhais do Zêzere - Associação para o Desenvolvimento. No ano de 2013 transferiu para a Associação a importância de 400 €/mês, para fazer face às despesas que lhe pertencem nos encargos com a referida Associação.* -----

----- *Para se proceder à transferência do mesmo valor no ano de 2014, é necessário deliberação de Câmara com efeitos a partir de janeiro /2014."* -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **2.1.5 - ADXTUR - Acordo de Colaboração**

----- Foi presente uma informação da Secção Financeira, do seguinte teor: -----

----- *" Entre o Município de Pampilhosa da Serra e ADXTUR - Agência para o Desenvolvimento Turísticos das Aldeias do Xisto, foi celebrado um acordo de parceria em 15 de setembro de 2008.* -----

----- *Considerando que as Entidades mantêm os termos e condições previstas no citado acordo, cabendo ao Município o valor de 640,00 €/mês, para financiamento dos recursos humanos e materiais a disponibilizar pela ADXTUR aos parceiros, informa-se que é necessário dar cumprimento à cláusula Quarta."* -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

## **2.2 - SECÇÃO ADMINISTRATIVA**

- #### **2.2.1 - Guias de Receita nº 26/2014 e nº 27/2014**
- Licença Ocupação da Via Pública**
  - Manuel Augusto Almeida Cardoso - Aldeia Cimeira**



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Secretaria, do seguinte teor: -----

----- *"Vem estes serviços informar V.Ex<sup>a</sup>, que no passado dia 06 de janeiro de dois mil e catorze, foi cobrada a importância total de 22.16€, nas guias de receita nº 27/2014 e nº 26/2014, ao Sr. Manuel Augusto Almeida Cardoso, residente em Aldeia Cimeira, freguesia e concelho de Pampilhosa da Serra, referente a taxa cobrada para a renovação da Licença de Ocupação da Via Pública com Tubo Subterrâneo.* -----

----- *Posteriormente, verificou-se que o lesado tinha na posse licença emitida em 09/02/2010, com o nº 168/2010 com validade até 31/12/2014.* -----

----- *Conclui-se assim, que se deveria restituir em nome do Sr. Manuel Augusto Almeida Cardoso a quantia de 22,16 €, valor este respeitante ao valor cobrado em janeiro de 2014.* -----

----- *Pede-se assim autorização para se proceder à regularização desta situação, devendo proceder-se à restituição do valor referido."* -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **2.2.2 - Cáritas Diocesana de Coimbra**

##### **- Pedido de autorização para realização de Peditório Público - 20 a 23 Março 2014**

----- Foi presente uma comunicação da Cáritas Diocesana de Coimbra, a solicitar autorização para a realização do Peditório Público a efetuar nos dias 20 a 23 de Março, nas ruas do concelho de Pampilhosa da Serra, integrado na Semana Nacional da Cáritas. -----

----- Mais referem que o referido peditório destina-se à angariação de receitas para fins de beneficência das pessoas e famílias mais carenciadas, através do Centro de Apoio Social da Cáritas Diocesana. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade autorizar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **2.3 - SERVIÇOS JURÍDICOS**

##### **2.3.1 - Protocolo de Colaboração, entre o Município de Pampilhosa da Serra, a Associação de Solidariedade Social de Dornelas do Zêzere e a Freguesia de Dornelas do Zêzere**



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente a minuta de um Protocolo de Colaboração, a celebrar entre o Município de Pampilhosa da Serra, a Associação de Solidariedade Social de Dornelas do Zêzere e a Freguesia de Dornelas do Zêzere, cujo objeto consiste na atribuição de apoio financeiro no valor de 4.952,35 € (quatro mil novecentos e cinquenta e dois euros e trinta e cinco cêntimos) destinados a apoiar financeiramente a sua intervenção na implementação do programa de vigilância florestal, no ano de 2013, na freguesia de Dornelas do Zêzere, tendo em vista a execução do PMDFCI - Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, de Pampilhosa da Serra, em colaboração com a freguesia de Dornelas do Zêzere. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **2.3.2 - Pedido de renovação do Contrato de Arrendamento da Fração A do I Pavilhão da Zona Industrial do Alto das Aldeias, Freguesia de Pampilhosa da Serra**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- *"Na sequência do requerimento Reg. Nº 269, de 17/01/2014, subscrito pelo Sr. Carlos Alberto Fernandes Carlota, sócio gerente e legal representante da sociedade por quotas "TÁXI SIMÕES & CARLOTA, LDª", arrendatária, da Fração A do I Pavilhão da Zona Industrial do Alto das Aldeias, em que solicita a esta Autarquia a renovação do contrato de arrendamento daquela fração, assinado em 1 de Agosto de 2008, cumpre informar que dispõe a Cláusula Terceira do contrato em questão: -----*

#### **"Cláusula Terceira**

#### **Duração do Arrendamento**

----- O arrendamento tem início na data da assinatura do presente Contrato, sendo feito pelo período de cinco anos, renovável a requerimento do SEGUNDO OUTORGANTE, com uma antecedência mínima de seis meses, relativamente ao termo do prazo inicial ou dos prazos de renovação, e com o acordo co Município de Pampilhosa da Serra, por períodos sucessivos de um ano, até ao limite máximo total de vinte anos." -----

----- *Pelo que, a arrendatária em questão cumpriu o prazo de antecedência mínima prevista contratualmente, podendo a Câmara Municipal, querendo, anuir a renovação do arrendamento por mais um ano, a contar de 1 de agosto de 2014." -----*

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade renovar o contrato de arrendamento, por mais um ano, a contar de 1 de agosto de 2014, de acordo com o estipulado na Cláusula Terceira do referido contrato. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **2.3.3 - Grau 5 - Turismo e Aventura, Ldª** **- Liberação de caução**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos do seguinte teor: -----

----- “ Na sequência da deliberação tomada em reunião do Órgão Executivo Camarário realizada em 25/06/2013, e posteriormente ratificada na reunião realizada em 13/08/2013, foi celebrado em 25/07/2013, pelo prazo de 3 meses, um Protocolo de Colaboração entre o Município de Pampilhosa da Serra e a Grau 5 - Turismo e Aventura, Ldª, a fim de dar continuidade às atuações que visam robustecer e desenvolver o setor do turismo, no Centro Náutico da Barragem de Santa Luzia. -----

----- Para garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do referido protocolo, a Grau 5, prestou uma caução no valor de 2.500,00 € (dois mil e quinhentos euros), por depósito em dinheiro na Tesouraria do Município em 25/07/2013. -----

----- Findo o prazo do Protocolo de Colaboração supra referido, foi efetuada vistoria ao local, de acordo com o nº 1 da Cláusula Décima Primeira e, de acordo com o disposto na Cláusula oitava do Protocolo em questão, atento o resultado da vistoria efetuada, poderá a garantia ser acionada ou liberada”. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar o processo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade liberar a caução, no valor de 2.500,00 € (dois mil e quinhentos euros). -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **2.3.4 - Pedido de isenção de imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis - Lote 11 (Artº U-3215) da Zona Industrial do Alto das Aldeias em Pampilhosa da Serra, pela Sociedade LENDA DA BEIRA - Aguardentes de Medronho, Unipessoal, Ldª**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- “Considerando a deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara Municipal realizada em 13 de Janeiro de 2014, através da qual foi adjudicado à Sociedade supra referida, o lote 11 da Zona Industrial do Alto das Aldeias, em Pampilhosa da Serra, para prosseguir com os objetivos para o qual a sociedade se constituiu, mais concretamente: cultura de frutos em árvores e arbustos, nomeadamente medronho. Fabricação de aguardente de medronho. Produção de licores e outras bebidas destiladas. Destilação de diversos fermentados de frutos, bem como, comércio de artigos e produtos regionais. Para o efeito, pretende-se construir uma destilaria com a área aproximada de 870 m2, sendo que o montante do investimento atinja os 250.000,00€ em obras e aquisição de equipamentos necessários ao total e correto funcionamento das instalações. -----





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Tendo em conta o avultado montante do investimento previsto, numa região economicamente desfavorecida como é o Concelho de Pampilhosa da Serra, considera-se uma situação de superior interesse económico e social para o Concelho.-----

----- Atendendo ao quadro de recessão económica, importa reforçar o apoio e incentivo ao investimento empresarial não se podendo, no entanto, penalizar as empresas em laboração e para efeitos de aplicação das medidas de incentivo à recuperação das regiões que têm problemas de interioridade, como é o Concelho de Pampilhosa da Serra que, ao abrigo da Portaria nº 1117/2009 de 30/09, é considerado como área territorial beneficiária do incentivo à região, problemas de interioridade, de desertificação, de menor desenvolvimento económico-financeiro.-----

----- Considerando o teor do requerimento apresentado a esta Câmara Municipal onde o signatário Lenda da Beira-Aguardentes de Medronho, Unipessoal Lda., solicita à **Câmara Municipal** e à **Assembleia Municipal** a isenção de liquidação de imposto Municipal sobre as Transmissões onerosas de imóveis na transação do imóvel com a seguinte descrição:-----

----- Prédio urbano – “Lote de terreno destinado a construção urbana – Lote 11”, inscrito na matriz predial da Freguesia de Pampilhosa da Serra sob o artigo 3215, com a área total de 2761 m2; a confrontar a Norte com arruamento, a Sul com estrada nacional 344, a Nascente com Lote 12 e a Poente com Lote 10 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o nº 5990;-----

----- Tendo em conta que a transmissão do terreno supra identificado se destina à construção de uma destilaria, esta evidencia um grande interesse económico e social para o Concelho de Pampilhosa da Serra, tendo em conta as preocupações desta Autarquia nas questões relacionadas com o comércio, indústria, turismo, construção, serviços, de forma a enfrentarem esta crise generalizada, cujas consequências mais graves se pretendem minimizar no concelho; cumpre a estes serviços informar que: ao abrigo da alínea d) do artº15º e do nº2 do art.º 16 da Lei 73/2013 de 3 de setembro, os Municípios dispõem de poderes tributários relativamente a impostos e outros tributos a cuja receita tenham direito, nomeadamente quanto à concessão de isenções e benefícios fiscais; também a assembleia municipal pode, por proposta da câmara municipal, através de deliberação fundamentada que inclui a estimativa da respetiva despesa fiscal, conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e outros tributos próprios.-----

----- Assim sendo, no caso em apreço, o pagamento do IMT (Imposto Municipal sobre as Transmissões onerosas de imóveis), importa em 2.576,60€ (dois mil, quinhentos e setenta e seis euros e sessenta cêntimos), valor resultante da aplicação da taxa de 6,5% sobre o valor patrimonial do prédio.-----

----- Considerando as situações de isenção do IMT abrangidas pelo artigo 6º, do Código do IMT, dispõe a alínea h) o seguinte: “As aquisições de bens situados nas regiões economicamente mais desfavorecidas, quando efetuadas por sociedades comerciais ou civis sob a forma comercial, que os destinem ao exercício, naquelas regiões, de atividades agrícolas ou industriais consideradas de superior interesse económico e social.”-----

Situando-se o Concelho de Pampilhosa da Serra numa região economicamente desfavorecida, por força da Portaria 1117/2009 de 30/09 e em articulação com o artigo 6º e 10º do Código do



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

IMT, é de todo o interesse que seja reconhecida a isenção do IMT e parece-nos não haver qualquer inconveniente na deliberação da isenção ao pagamento da referida taxa.

Nestes termos informa-se que, se a Câmara assim o entender, deverá propor o mesmo, à Assembleia Municipal.-----

É quanto me cumpre informar, V.Ex<sup>a</sup>. Superiormente decidirá."-----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade isentar ao pagamento da referida taxa de IMT (Imposto Municipal sobre as Transmissões onerosas de imóveis) o Lote 11 (Artº U-3215) da Zona Industrial do Alto das Aldeias em Pampilhosa da Serra, pela Sociedade LENDA DA BEIRA - Aguardentes de Medronho, Unipessoal, Lda .-----

----- Mais deliberou submeter à Assembleia Municipal.-----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta.-----

#### 2.3.5 - Protocolo de Colaboração, entre a empresa Konkrets, Lda e o Município de Pampilhosa da Serra.

- Estágio do formando Filipe José Almeida Mateus
- Curso Técnico de Informática

----- Foi presente um Protocolo de Colaboração, a celebrar entre a empresa Konkrets, Lda, com sede na Rua Inês de Castro, 9B, 3200-150 Lousã, e o Município de Pampilhosa da Serra, que tem por objetivo estabelecer as atividades a desenvolver pelo formando Filipe José Almeida Mateus, durante a ação de formação, estruturada num plano individual, assumindo a forma de Estágio, que o Município de Pampilhosa da Serra aceita como formando do Curso Técnico de Informática - Sistemas.-----

----- Para o efeito é designado como Tutor, o Engº Nuno Miguel Martins Bandeira, especialista informático do Município e a ação de Formação tem a duração de 200 horas, no período de 16 de dezembro de 2013 a 4 de fevereiro de 2014.-----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do referido Protocolo e, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar.-----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta.-----

### 3 - DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

#### 3.1 - GABINETE DE ESTUDOS E PROJETOS

##### 3.1.1 - Águas Balneares - Candidatura Bandeira Azul



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Projeto, a comunicar e a submeter à Câmara Municipal, o seguinte: -----

----- A Coordenação Nacional do Programa Bandeira Azul anunciou que se encontram **abertas as candidaturas** das Praias, Portos de Recreio e Marinas ao **Programa Bandeira Azul 2014** que este ano é subordinado ao tema Poluição dos Oceanos.

----- O prazo limite de candidatura dos promotores é o dia 31 de Janeiro de 2014.-----

----- Tendo o município demonstrado interesse em promover as suas águas balneares identificadas de Santa Luzia, Pessegueiro, Janeiro de Baixo e de Pampilhosa da Serra, esta última aguarda confirmação da possibilidade de candidatura por ainda não deter alguns requisitos/critérios para aderir ao programa (nomeadamente o número de anos de análises obrigatórias "4", bem como a obtenção efetiva de classe 2013 de excelente), ao programa de Bandeira Azul, a presente informação visa esclarecer as condições de adesão.

----- De acordo com o guia de interpretação dos critérios Bandeira Azul para as Praias, "O Programa Bandeira Azul para praias e marinas é desenvolvido pela Fundação para a Educação Ambiental (FEE), uma organização não-governamental e sem fins lucrativos. Este Programa, anteriormente designado de Campanha Bandeira Azul teve início em França, em 1985, e tem sido desenvolvido na Europa desde 1987. A partir de 2001 foi alargado a outros continentes. Atualmente a Bandeira Azul é reconhecidamente um Programa com um número crescente de países aderentes. -----

----- O Programa tem como fundamento promover o desenvolvimento sustentável em áreas costeiras, fluviais e lacustres a partir do desafio aos responsáveis e gestores de praias locais para alcançar padrões de excelência num conjunto de critérios que envolvem a educação ambiental, a qualidade da água banhar, a gestão da praia, serviços e segurança. O objetivo é tornar possível a coexistência do desenvolvimento do turismo a par do respeito pelo ambiente local, regional e nacional. A longa existência do Programa demonstra que é considerado e reconhecido como um *eco-label* para operadores turísticos, decisores e público em geral." -----

----- Mais refere que a apresentação do processo de candidatura de uma PRAIA à atribuição de uma BANDEIRA AZUL, implica a aceitação e vinculação automática às regras definidas pelo REGULAMENTO que se junta, e seus ANEXOS, e às demais disposições ou determinações do OPERADOR NACIONAL, do COORDENADOR INTERNACIONAL ou do JÚRI INTERNACIONAL, que em cada momento sejam aplicáveis ao PROGRAMA.

----- A candidatura ao Programa Bandeira Azul 2014, de acordo com o "Regulamento\_Anexo\_IV\_servico\_de\_candidatura", implica o pagamento dos valores nele referido: (ver anexo IV);-----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

---- (...) para Não Sócios - VALOR p/ unidade - SERVIÇO DE CANDIDATURA AO GALARDÃO POR PRAIA (inclui uma BA 150x225) - 360 €.

---- (...) Assim e concordando, o teor da presente informação deve ser submetido e aprovado em reunião de câmara com vista à efetiva realização das candidaturas.

---- À consideração superior."

---- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar.

---- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta.

### 3.2 – OBRAS PÚBLICAS

#### 3.2.1 - Rede Pública de Drenagem de Águas Residuais \_ Esteiro \_ Liberação de caução

---- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

---- "Tendo em consideração o concurso público para execução da empreitada "Rede Pública de Drenagem de Águas Residuais \_ Esteiro", a firma Eirinhas Construções, Lda. Apresentou em 18/12/2013 um pedido de liberação de cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município.

---- O pedido foi formulado ao abrigo do disposto no Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de agosto. --

---- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 09 de janeiro de 2014 no local da empreitada.

---- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, não tendo sido verificada qualquer anomalia nos trabalhos efetuados na empreitada.

---- Assim e atento ao atrás exposto, entende-se que estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 190/2012 de 22 de agosto, para serem libertados 30% do valor das garantias existentes nos termos do disposto no nº 2 e nº 3 do artigo 3º do mesmo diploma legal. ----

---- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se a devolução do montante de 8.081,14 € (oito mil, oitenta e um euros e catorze cêntimos) correspondente a 30% do valor total das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município.

---- Assim, deverá ser: ----

---- 1) Devolvida a quantia de 3.912,57 € existente em dinheiro, retido aquando do pagamento dos autos;

---- 2) Diminuído o valor do seguro caução nº 200230448 emitido em 09/11/2009 pela Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A., no montante de 14.943,42 € para 10.774,85 €.



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

*correspondente a uma redução de 4.168,57 €. À consideração superior."* -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 4 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

##### 4.1 - TURISMO

##### 4.1.1 - Bolsa de Turismo de Lisboa - BTL 2014

----- Foi presente uma Informação do Gabinete de Turismo, do seguinte teor: -----

----- " No seguimento da estratégia de marketing territorial por nós elaborada para a área do turismo, que assenta na promoção da marca de destino "Pampilhosa da Serra Inspira Natureza", propomos: -----

----- A participação / representação do Município de Pampilhosa da Serra na Bolsa de Turismo de Lisboa - 2014 (BTL). -----

----- Relativamente ao stand, informamos os valores de custo: -----

----- Stand de 4 frentes, 81 m<sup>2</sup> x 109,00 €/m<sup>2</sup> = 8.829,00; -----

----- Quota de inscrição 160,00 €; -----

----- Remoção de resíduos (Serviço obrigatório) 81 m<sup>2</sup> x 1,00 € = 81,00 €; -----

----- Consumo de energia 9 kw, 81 m<sup>2</sup> x 2,88 € = 233,28 €; -----

----- O valor da participação é de 9.303,028 €, IVA à taxa de 23%, totalizando a importância de 11.443,03 €. -----

----- Informamos ainda que para a formalização da inscrição, terá que haver um pagamento inicial de 2.860,76 €, referente à liquidação de 25%. -----

----- Mais informamos da relevância de promover o território ( os seus recursos endógenos, o artesanato, a gastronomia, as aldeias do xisto, as praias fluviais, a rede de percursos pedestres e BTT e a paisagem) em articulação com agentes turísticos privados a operar no concelho. À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

#### PERÍODO ABERTO AO PÚBLICO

----- A Câmara Municipal, concedeu uma hora de período aberto ao público, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Esgotado que foi o tempo e não tendo aparecido nenhum munícipe, o Sr. Presidente deu por terminado o período aberto ao público. -----

#### ENCERRAMENTO

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada por unanimidade, foi assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica, que a subscrevi. -----

  
